

Trabalho



OPINIÃO

Miguel Torres

Presidente da Força Sindical



Mais uma vez o desemprego!

Voltamos a bater na mesma tecla! O desemprego, no nosso País, não para de crescer, enquanto, claro, a produção, o consumo e o PIB nacional despencam. Não à toa o Brasil é o País que mais piora em relação às outras nações emergentes.

Apenas a indústria de máquinas e equipamentos, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq, fechou, nos últimos doze meses encerrados em julho, mais de 33 mil postos de trabalho. A taxa de desemprego, no segundo trimestre de 2015, foi a maior desde 2012, início da série histórica, chegando a 8,3%, segundo o IBGE.

E agora chega a presidenta Dilma assumindo que o governo demorou a perceber a gravidade da crise econômica, e pedindo ajuda ao setor produtivo. É, presidenta, a crise não é uma simples 'marolinha'. Ela está mais para um tsunami. E o movimento sindical vem, há tempos, alertando para a seriedade da situação.

Algo tem de ser feito, com urgência, para que as empresas, e os empregos por elas mantidos, sejam protegidos. É hora de arregañar as mangas, esquecer a atual e equivocada política econômica e colocar em prática novos métodos, capazes de nos fazer retomar o crescimento econômico. Baixar os juros, baratear o crédito e investir na indústria são fatores que vão ajudar no combate à recessão. Assim como abrir um canal de diálogo com o movimento sindical!

SINDICALIZE-SE



PARTICIPE DO SEU SINDICATO!

Foto: Daniel Cardoso



Eduardo Cunha, Paulinho, Miguel e dirigentes: "Financiamento da atividade sindical na pauta da reunião"

Deputados debaterão Contribuição Sindical

Objetivo da reunião será regulamentar a legislação que rege a receita orçamentária dos Sindicatos

Em reunião com representantes das Centrais Sindicais, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, criou uma Comissão Especial para tratar do financiamento da atividade sindical. Segundo João Carlos Gonçalves, Juruna, secretário-geral da Força Sindical, atualmente regem a receita orçamentária dos Sindicatos a Contribuição Sindical e a Contribuição Assistencial.

Segundo Juruna, "hoje o Ministério Público do Trabalho prejudica os Sindicatos de trabalhadores, que decidem, em assembleia, a Contribuição Assistencial que caberá a todos os beneficiados pelas conquistas das Convenções Coletivas de Trabalho das categorias. Ao dificultar o recolhimento da Contribuição, o Ministério Público toma um lado. No Brasil, não existe processo contra empresários, embora os Sindicatos patronais também recolham a mesma Contribuição das em-

presas de seus setores por ocasião das negociações das Convenções Coletivas".

Juruna destaca que, "ao fazer isto, o Ministério Público enfraquece o poder de barganha dos Sindicatos, que necessitam de recursos para carros de som, para visitar as bases e mobilizar os trabalhadores. Sem dinheiro, não se consegue contratar um bom advogado ou um bom economista, o que prejudica os trabalhadores quando eles mais precisam, ou seja, na negociação por melhores salários".

O advogado Antonio Rosella informa que a Contribuição Sindical é prevista no Artigo 579 da CLT, e estabelece o desconto de um dia de trabalho no mês de março. Já a Contribuição Assistencial foi fixada no Artigo 513, letra E da CLT. O Ministério Público questiona a Contribuição Assistencial para quem não é associado ao Sindicato. "Se tiver uma legislação, a Contribuição Assistencial será regulamentada para todos os trabalhadores", disse.

Comissão

A instalação da Comissão Especial, composta por 27 titulares e igual número de suplentes, será concluída na próxima semana. Serão onze vagas para o PMDB, oito vagas para o PT, seis para o PSDB, uma para o PDT e uma para o PSL.

USIMINAS CUBATÃO



Foto: Vespasiano Rocha

Macaé: "Queremos, pelo menos, 10% de reajuste salarial"

Greve dos terceirizados completa sete dias

Os três mil trabalhadores terceirizados de dezoito empreiteiras que prestam serviços à Usiminas Cubatão completaram, nesta 5ª feira, 27, o nono dia de paralisação. O Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial (Sintracomos), realizou assembleia na usina e, sem nova proposta das empreiteiras para renovação do acordo coletivo (data-base 1º de agosto), aguarda o julgamento da paralisação pelo Tribunal Regional do Trabalho-SP.

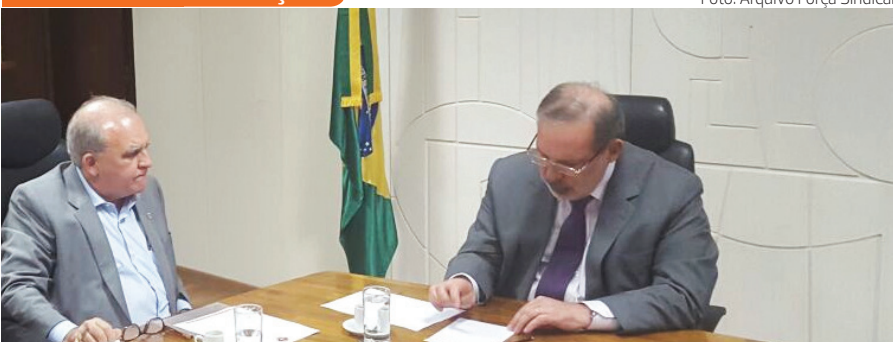
Como acontece diariamente, o Sindicato fará nova assembleia, às 7 horas desta 6ª feira (28). Seu presidente, Macaé Marcos Braz de Oliveira, espera pelo menos 10% de correção salarial.

Em audiência de instrução e conciliação, na 6ª feira passada (21), Wilson Fernandes, juiz e vice-presidente do TRT, propôs 8,5% para os salários até R\$ 3.200. Para os salários superiores reajuste de R\$ 272. Para o tiquete-alimentação, ele indicou R\$ 190. E, como Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), R\$ 1.100. A inflação anual foi de 9,81% em agosto.

No começo da greve, os trabalhadores rejeitaram reajuste salarial de 8%, mas aceitaram a PLR de R\$ 1.100 e vale-alimentação de R\$ 200. Antes, as empreiteiras ofereciam 7,04%, nada de PLR e vale de R\$ 180.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Foto: Arquivo Força Sindical



Desemprego na indústria

O presidente da Força sindical, Miguel Torres, e o ministro Armando Monteiro, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, debateram, no dia 26, a desindustrialização no País e o aumento do desemprego no setor, que vem ocorrendo há alguns anos.